

Desenvolvimento turístico e **governança** em espaços de montanha: Contributo para a **sustentabilidade turística** das serras da Cordilheira Central

GONÇALO POETA FERNANDES * [goncalopoeta@ipg.pt]

Resumo | As regiões de montanha têm verificado uma crescente valorização turística, face aos recursos naturais e culturais que encerram, à sua integridade ambiental, ao alargamento das práticas turísticas e expansão da oferta hoteleira. Estes espaços são alvos de atividades diversificadas com distintas implicações no ambiente e organização socioeconómica, o que implica processos de planeamento turístico adequados às novas dinâmicas em curso. A gestão destas áreas tem sido realizada de forma marginal, quer pela ausência de políticas direcionadas para estes territórios, quer pelo tratamento nos instrumentos de ordenamento se limitar à sua consideração nos planos das áreas protegidas, quando alvos dessa classificação, ou nas delimitações dos regimes especiais. Reconhece-se que os instrumentos formais de ordenamento têm negligenciado estes territórios e a sua expressão geográfica implica formas de articulação cuja divisão administrativa não pode condicionar, como é o caso do conjunto montanhoso da Cordilheira Central, promovendo a sua valorização, equidade social e orientações para o fomento do turismo. Torna-se necessária a definição de políticas que salvaguardem a multifuncionalidade e património, permitindo que as atividades de turismo incrementem os níveis de bem-estar da população e dinamizem a economia, num modelo de desenvolvimento que promova a coesão territorial e a sustentabilidade turística.

Palavras-chave | Turismo, Montanha, Governança, Ambiente, Políticas públicas.

Abstract | Mountain regions are having a growing tourist enhancement owing to their natural and cultural resources, their environmental integrity, the increase of tourist practices and expansion of hotel industry. Diversified activities are undertaken in these tourist places with diverse implications on the environment and on the socioeconomic organization, involving processes of tourist planning suitable to the current dynamics. The management of these mountain regions has been carried out marginally because of the absence of targeted policies toward these territories, or just, because spatial planning tools have only been considered in protected areas, if they are under such categorization or under special projects. It is recognized that the formal planning tools have neglected these areas and their geographical expression requires forms of articulation that the administrative division cannot constrain, such as the mountain range of the Central Cordillera. Therefore, it's necessary to promote their enhancement, social equity and guidelines for the tourism promotion. In short, it is essential to define policies that safeguard multifunctionality and heritage, allowing tourism activities to increase population's levels of well-being and boost the economy, according to a development model that promotes territorial cohesion and sustainable tourism.

Keywords | Tourism, Mountain, Governance, Environment, Public policy.

* **Doutor em Geografia e Planeamento Regional** pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. **Professor** na Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda (ESTH/IPG), e **Investigador** do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL (e-Geo) e da Unidade de Investigação do Interior/ Instituto Politécnico da Guarda (UDI/IPG).

1. Introdução

Os espaços de montanha têm conhecido uma crescente valorização ecocultural e interesse turístico face aos recursos que albergam e à perceção de integridade e autenticidade que lhes estão associadas. Os bens e funções que detêm têm sido procurados pelo setor turístico, gerando fluxos cada vez mais importantes e diversificados que pretendem, de forma diferenciada ao longo do ano, usufruir das condições naturais, da cultura e tradição das montanhas. Estes destinos turísticos valorizam os seus recursos com o intuito de manter a sua identidade, promover as heranças culturais, conservar as condições ambientais e aumentar o seu perfil competitivo. O património natural e cultural destaca-se como recurso diferenciador destes territórios e elemento estratégico no desenho de novos produtos, destinados a captar distintos segmentos da procura turística. Simultaneamente, fomenta a identidade coletiva das comunidades receptoras, reforça sentimentos de entreajuda, cooperação e incentiva ações de conservação e uso sustentável. A avaliação do potencial turístico das serras da Cordilheira Central e as lógicas de gestão territorial produzidas pelas entidades administrativas integrantes constituem o centro de interesses deste estudo. Assinale-se que a gestão das áreas de montanha em Portugal tem sido realizada de forma marginal, quer pela ausência de uma política direcionada para estes territórios, quer pelo seu tratamento nos atuais instrumentos de ordenamento se limitar à sua consideração nos planos das áreas protegidas, quando alvos dessa classificação ou nas delimitações dos regimes especiais. Verifica-se que os instrumentos formais de ordenamento têm negligenciado estes territórios e a sua expressão geográfica implica formas de articulação que ultrapassam a divisão administrativa, exigindo a consideração da sua especificidade territorial e as implicações ambientais e socioeconómicas existentes. Assim, torna-se necessária a definição de orientações que salvaguardem a multifuncionalidade

e património das áreas de montanha, permitindo que a diversidade de atividades potencie práticas sustentáveis de turismo e incremente os níveis de bem-estar da população. Neste âmbito procura clarificar-se a especificidade dos territórios de montanha, os desafios e exigências que se colocam à integração num modelo territorial coeso, valorizando as identidades e funções, em particular o turismo como setor crítico para o desenvolvimento das serras da Cordilheira Central.

2. Evolução funcional e significado turístico dos territórios de montanha

Até meados do século XX, a agropastorícia foi a base do sistema económico da maioria das comunidades de montanha em Portugal, sobretudo daquelas onde a função turística e a exploração da neve eram irrelevantes ou inexistentes. A floresta, os campos de cultivo e as terras de pastoreio eram utilizadas a diferentes altitudes de modo complementar, articulando atividades e esforços de uma forma cooperante e ajustada às possibilidades do meio. Estas atividades foram facilitadas pelo sistema de propriedade, que favorecia a multifuncionalidade. As encostas e vales sofreram uma transformação progressiva para se adaptarem a formas de uso, quer em termos de aproveitamento agrícola, quer de deambulação de gados, quer ainda de exploração de recursos mineiros ou florestais. Contudo, os condicionalismos físicos e a ausência de uma estratégia integrada de desenvolvimento induziram a saída das populações e a rutura do modelo produtivo em que se sustentavam (Carvalho, 2005; Fernandes, 2008). Estas economias foram recebendo influências externas, através do incremento das infraestruturas de acesso, movimentos populacionais e de novos usuários que exploram os recursos naturais, abrindo a montanha à economia de mercado, às dinâmicas sociais das áreas baixas, em particular dos centros urbanos,

acelerando as transformações dos modos de vida das comunidades serranas (Fernandes, 2012). Muitas vezes as influências económicas externas originaram a redução das atividades, em vez de fomentar a multifuncionalidade, cuja diversidade permitia obter meios de sobrevivência em momentos de crise e alargar as formas de ocupação temporal e espacial destes territórios, reforçando as suas competências para o turismo.

Atualmente, as áreas serranas estão integradas numa economia internacional, tornando a sua apropriação complexa e segundo padrões que lhes eram estranhos. O turismo assume-se como uma das principais atividades das áreas de montanha, sendo, depois do litoral, o principal destino turístico, com uma importância em ascensão, para a qual concorre a qualidade ambiental, a diversidade de ecossistemas, a beleza cénica e os recursos hídricos, florestais e morfológicos. A preservação destes territórios produz, para além da salvaguarda do património natural e cultural, benefícios para as áreas adjacentes, em termos de qualidade paisagística, conservação da biodiversidade e proteção dos recursos hídricos, que se revela de grande importância para o turismo e atividades de desporto e lazer a ele associadas. A valorização da qualidade e integridade dos seus recursos, apoiadas em políticas que reconheçam a sua especificidade, promovem a qualidade, a diferenciação e a competitividade turística destes territórios (figura 1).

Assim, os valores e tradições locais, associados ao seu património natural e construído, estruturam um modelo social e territorial diferenciado, capaz, pela sua qualidade e autenticidade, de atrair novos proprietários e usos, com destaque para o setor do turismo, promovendo novas funções para a montanha, valorizando os recursos e promovendo benefícios económicos e sociais. Estes fluxos ampliam as receitas geradas, o emprego, a atração

¹ Gaskell (2005, p. 4) refere Portugal “como um país significativamente montanhoso em relação aos padrões da UE. No entanto, assumiu, até há pouco tempo, um papel quase passivo no debate sobre a política de montanha na Europa”.

de investimento, a requalificação de imóveis, a recuperação de tradições, ‘exigindo’ em simultâneo serviços que beneficiarão as comunidades locais e os novos utilizadores destes espaços, e poderão também fomentar o conhecimento mais profundo do património cultural, proporcionando a sua valorização e conservação (figura 2).

Em Portugal, os territórios de montanha têm permanecido relativamente esquecidos¹, em termos de uma política específica e integrada. As intervenções têm-se circunscrito à preservação, com base em pressupostos ambientais, levando à classificação de muitas serras em áreas protegidas ou à sua delimitação como Reserva Ecológica nos instrumentos de planeamento de âmbito regional e municipal. A ausência de uma política de desenvolvimento tem contribuído para a perda

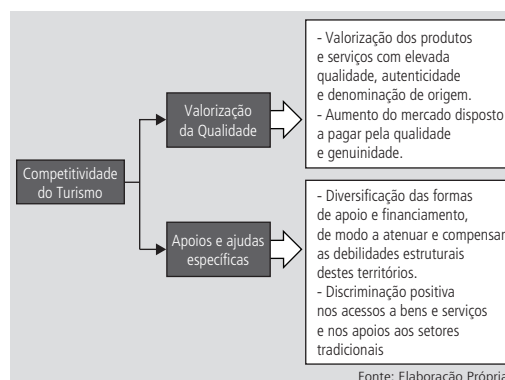


Figura 1 | Fatores para a competitividade turística das regiões de montanha.

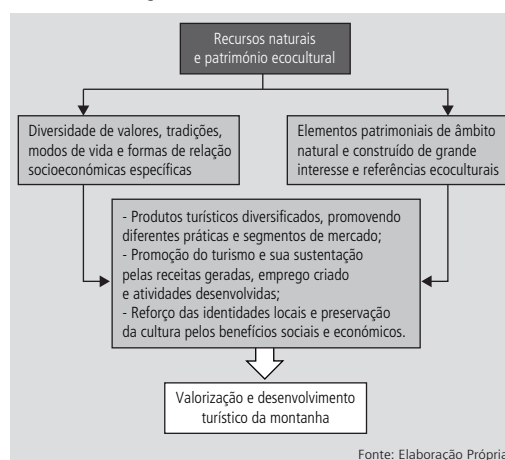


Figura 2 | Elementos estruturantes da dimensão patrimonial e turística da montanha.

de população e para a rutura do modelo produtivo destes territórios, pondo em causa equilíbrios ancestrais de uso e exploração. As iniciativas no âmbito do programa LEADER constituíram exceção, potenciando a qualificação do território, o estímulo a iniciativas produtivas e de desenvolvimento integrado (Serafim, 2005).

Os problemas e debilidades reconhecidos exigem uma intervenção adequada, articulando a coexistência de usos e funções num cenário de mudança, devido ao papel ecológico, social e económico que as montanhas representam. Face à avaliação das suas características e à importância territorial, em termos dos recursos e funções que alberga, a promoção do desenvolvimento turístico é um desafio para as entidades administrativas, nacionais e internacionais, o que tem contribuído para a definição de orientações² e programas.

Segundo o Comité Económico e Social (2003), o futuro das regiões de montanha é indissociável de uma política europeia específica que assente em três eixos de ação:

- i) Compensação das desvantagens competitivas, face aos condicionalismos físicos permanentes destes territórios;
- ii) Incremento de equipamentos e infraestruturas que atenuem as debilidades e estrangulamentos existentes, com destaque para tecnologias de informação e comunicação;
- iii) Valorização da identidade e das potencialidades da montanha, traduzida numa imagem de integridade e qualidade dos seus recursos.

Os territórios de montanha requerem assim uma intervenção que lhes permita consolidar os seus usos e funções e assumirem-se, de forma plena e valorizada, como espaços turísticos qualificados. Embora em Portugal não exista uma política específica para estes territórios, a nível europeu, em particular a partir da década de 70, têm sido criadas diretivas e orientações no sentido de compensar estes territórios. Assim, surgem, especialmente ao

nível agrícola, ajudas compensatórias que procuram travar o êxodo e manter as atividades produtivas tradicionais. Os fundos estruturais, através dos seus programas FEDER, FEOGA e LEADER, criaram um conjunto de ajudas ao mundo rural, que se tornaram fundamentais para a sustentabilidade das comunidades da montanha e sua estrutura produtiva. Estes apoios permitiram a construção de infraestruturas imprescindíveis para a melhoria do bem-estar destas comunidades, promover processos de transformação, comercialização de bens e serviços e a recuperação de imóveis e tradições que representam um valioso património cultural em prol do turismo.

A classificação de grande parte destes territórios como áreas protegidas, através das figuras de Parques, Reservas e Paisagens naturais, conferem-lhes um estatuto de proteção que tem permitido aceder a apoios especiais, nomeadamente para a manutenção de atividades tradicionais, recuperação de imóveis e infraestruturas, condicionando a apropriação da montanha por iniciativas económicas mais agressivas, capazes de introduzir mudanças significativas nos modos de vida. Contudo, este tipo de intervenções tem também hipotecado o seu desenvolvimento, visto constituírem instrumentos de gestão baseados, quase em exclusivo, em critérios ambientais (Fernandes, 2008). Neste contexto, a redescoberta da montanha como espaço turístico, reforçada na qualidade ambiental e nos múltiplos usos associados aos seus recursos, tem implicado uma estratégia de dinamização socioeconómica, com o apoio dos poderes públicos, em particular da administração local. Assim, surgem diversas modalidades de unidades turísticas, umas construídas

² De acordo com Cavaco (2005, p. 2), "Os territórios de montanha apresentam especificidades que acentuam as características mais marcadas dos espaços rurais. Condicionamentos de ordem geográfica tendem a aumentar o isolamento e contribuem para o êxodo e envelhecimento da população. Transformações nos sistemas de produção dominantes, outrora associados essencialmente à agropecuária e à exploração florestal, colocam a questão da viabilidade e da sustentabilidade dos modelos existentes".

de raiz, outras resultantes da recuperação de imóveis, com ganhos em termos patrimoniais, ou mesmo de aglomerados/aldeias serranas, condenados ao desaparecimento caso não lhes fosse dada nova função (exemplos dos projetos das aldeias de xisto e de montanha). Muitos destes imóveis fazem parte da atual imagem de montanha, revalorizando-a e promovendo-a. Porém, este processo tem ocorrido quase sempre sem uma estratégia de ordenamento, exigindo-se um modelo turístico sustentável na integração e valorização patrimonial, qualificação de equipamentos e serviços, complementaridade com os diferentes recursos turísticos e articulação entre as diversas entidades administrativas, com todas as sinergias de uma efetiva cooperação turística.

3. Desenvolvimento turístico nas serras da Cordilheira Central: Contributos e desafios

O conjunto territorial da Cordilheira Central, composto pelos 28 concelhos³, reparte-se basicamente por quatro unidades de montanha – Malcata, Estrela, Gardunha e Lousã – que englobam subunidades de menor expressão territorial como são as serras do Açor, Alvélos, Moradal e Vermelha, onde as políticas de ordenamento apresentam diferenciações, em função das características socioeconómicas e ambientais e do seu estatuto como áreas protegidas. De modo a estabelecer um quadro descritivo, procede-se a uma caracterização sumária das principais intervenções territoriais com incidência para o turismo nestas áreas. A classificação em áreas protegidas constituiu um meio de proteção e preservação de territórios

sensíveis, onde se integra a maioria das áreas de montanha. A legislação produzida procura a proteção e valorização ambiental, de modo a salvaguardar os ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos, compatibilizando as funções de preservação, regulação e enquadramento com os usos, o recreio e o bem-estar das populações. As intervenções do passado e as produzidas no presente têm estabelecido condicionalismos de uso e ocupação destas áreas, muitas das vezes hipotecando o seu desenvolvimento, sem considerar a especificidade socioeconómica das suas comunidades e seus anseios (Figueiredo, 2007). Estes factos têm contribuído para a saída da população e para o aumento da debilidade da estrutura produtiva e social, com incidências negativas na rutura do sistema agro-pastoril, no envelhecimento demográfico e na limitação de novos usos e funções, levando à desvalorização destes territórios pelas suas comunidades, face à reduzida utilidade que para si representam.

Ao nível da dimensão transfronteiriça, a dificuldade de aplicação dos instrumentos de gestão da Cordilheira Central é notória devido à herança de gestão orientada basicamente para a proteção da natureza e de instrumentos de ordenamento de mercado de carácter protecionista, sendo os aspetos socioeconómicos tratados de forma parcial e as atividades económicas (por vezes mesmo as tradicionais) consideradas como perturbadoras para a conservação da natureza. Estes aspetos têm impedido converter o estatuto de proteção num motor de desenvolvimento que fomente a promoção socioeconómica das comunidades locais. Contudo, na sua redação explicitam a proteção do meio ambiente, o incremento da economia rural, compatibilizando os sistemas sociais com os ecológicos (Fuster, 1998; Fernandes, 2008).

Em suma, as entidades interlocutores de ordenamento destes espaços revelam diferenciações nos formatos em que sustentam a sua intervenção, existindo em Espanha maior autonomia e carácter regionalista, reconhecimento da especificidade

³ Malcata (Almeida, Sabugal e Penamacor), Estrela (Fornos de Algodres, Gouveia, Seia, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas, Belmonte, Covilhã e Pinhel) Gardunha, Alvelos e Moradal (Fundão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei) e Lousã e Açor (Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Penela).

montanhosa e participação integrada das diferentes entidades administrativas. Em Portugal, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) é responsável pela sua gestão, assim como da Rede Natura, com processos de menor participação das comunidades locais, sendo os planos de ordenamento destas áreas suportados maioritariamente em princípios ambientais, pese embora a referência à valorização dos modos de vida e atividades tradicionais presentes. Esta maior simplicidade de atuação pode tornar-se vantajosa na gestão destes territórios quando envolva as comunidades locais e reconheça a especificidade territorial, para além dos valores ecológicos e geomorfológicos que estiveram na base da sua classificação (Fernandes, 2008).

Nas duas últimas décadas, intensifica-se a expansão das atividades de recreio e lazer, suscitando novas formas de ocupação e uso do solo, incrementando potencialmente o declínio das atividades tradicionais. A redescoberta e difusão dos valores naturais, culturais e desportivos conferem à montanha apetências turísticas renovadas. Esta situação, a par com a reafirmação da necessidade de preservar territórios de assinalável valor ecológico, promoveu o desenvolvimento de políticas de gestão e ordenamento, que levaram à sua classificação em áreas protegidas, nomeadamente em parques e reservas naturais. Destacam-se, assim, o Parque Natural da Serra da Estrela e Reserva Natural da Serra da Malcata e a Paisagem Protegida da Serra do Açor em Portugal e os Parques Naturais da Serra da Gata, Francia e Monfrague em Espanha.

O modelo agro-florestal e pastoril, que prevaleceu até à década de 70, revela-se incapaz de enfrentar os desafios destas áreas de montanha, face ao funcionamento atual do mercado. Porém, há produções específicas e de forte identidade que podem subsistir graças a uma política exigente e apoiada na certificação (queijo, enchidos, castanha, mel, cogumelos, cabrito, ...). Neste âmbito, a valorização das qualidades produtivas, assente em modelos biológicos de uso da terra, abre mercado às produções de montanha associando a

genuinidade e o valor ecocultural. A redescoberta da montanha para atividades turísticas, possibilita o surgimento de novas funções e exige orientações de ordenamento adequado. As estratégias e ações a serem implementadas, de modo a estabelecer condições de desenvolvimento local e promoção do turismo, apontam para a preservação dos recursos e produtos locais, o estímulo ao investimento e a definição de instrumentos de ordenamento específicos (Fernandes, 2011). Assim, destacam-se como prioritárias as intervenções que promovam a criação de um quadro fiscal e financeiro bonificado para os territórios de montanha, no sentido de potenciar a fixação de investimento e população, a par da preservação dos recursos ecoculturais através de instrumentos de ordenamento eficazes, que procurem uma ocupação equilibrada e sustentada destes espaços. Nesta abordagem, as atividades relacionadas com o turismo são potenciadas, promovendo maior capacidade empregadora à região, empreendedorismo e desenvolvimento de novos produtos.

4. Contributos para um modelo de ordenamento e governança turística das serras da Cordilheira Central

O modelo de ordenamento deste território montanhoso, atendendo à sua posição geográfica (transfronteiriça), características físicas, recursos endógenos, funções e dinâmicas socioeconómicas, deve estruturar-se em cinco pilares: preservação, multifuncionalidade, participação, cooperação e inovação (Fernandes, 2008).

Assim, as orientações e estratégias de ordenamento traduzirão a espacialização das lógicas de desenvolvimento que estes territórios terão que alcançar, em termos da articulação das condições físicas ou naturais com as atividades económicas, as quais representam quadros de vida próprios, e a sustentação equilibrada e multifuncional do

espaço. A rede de infraestruturas e equipamentos deve ser articulada em função da organização do povoamento, otimizando investimentos, garantido qualidade ambiental e promovendo a elevação dos níveis de bem-estar das comunidades locais. Os centros urbanos deverão ser reforçados como polos estruturantes da Cordilheira, criando-se redes de articulação com as áreas de menor densidade que possibilitem a equidade territorial, assumindo o setor turístico uma dimensão crítica no modelo de ordenamento. Desta forma, é necessária a participação e articulação efetiva dos agentes que intervêm, dinamizam e regulamentam a atividade, promovendo a qualidade dos equipamentos hoteleiros e das infraestruturas de apoio, a melhoria das acessibilidades e das informações, o incremento da animação nos seus mais diversos domínios, a sua promoção no país e exterior e a proteção do ambiente com as novas práticas e usos que a montanha vai conhecendo. Deve ser feito um esforço para fortalecer o turismo rural, as atividades desportivas ao ar livre, o turismo sénior e de saúde, atendendo aos benefícios bioclimatismo existentes. Os produtos agropecuários implicam a criação de uma denominação de origem e a união dos agricultores para um melhor conhecimento do mercado e dos canais de distribuição promovendo a sua valorização e o desenvolvimento de uma gastrorregião. Os cursos de formação para o turismo e hotelaria devem ser reforçados, de modo a que a inovação e a qualidade dos serviços prestados sejam cada vez maiores e constituam fonte de atração e de investimento. As tendências atuais preconizam uma visão e gestão integrada e participativa, para assegurar o equilíbrio ambiental e associar à conservação a pluralidade económica, a melhoria da oferta de serviços e o apoio às atividades seculares. Este desenvolvimento pressupõe iniciativas inter-relacionadas entre os setores público e privado, articuladas com as necessidades e expectativas da população, as atividades económicas e culturais. A geografia e os recursos naturais surgem como elementos de união e articulação territorial, que

poderão ser alcançados com um instrumento de ordenamento global, configurando um parque internacional ibérico, que fomente a proteção dos ecossistemas e a sua valorização para o turismo, diversificando produtos que alarguem a estada dos turistas (Fernandes, 2011).

A diversidade de instrumentos de gestão territorial também não tem contribuído para uma apropriação eficiente das montanhas. Os Planos Regionais de Ordenamento do Território não contemplaram a especificidade destes espaços. Pelas suas características e expressão territorial necessitam de intervenções concertadas entre os vários municípios, compatibilizando interesses e definindo linhas estratégicas para o seu ordenamento. Face aos problemas e dinâmicas detetados, às perspetivas de desenvolvimento, às preocupações e interesses manifestados por autarcas, entidades administrativas e especialistas, iniciativas promovidas a nível europeu e políticas nacionais estabelecidas, procede-se à definição de um conjunto de objetivos de ordenamento e projetos que potenciem a valorização destes territórios (Quadro 1).

O modelo de desenvolvimento e gestão a construir deve ter por base a dimensão administrativa que sustenta este corredor montanhoso, os instrumentos de gestão territorial em presença e a forma de governação estabelecida. Neste sentido, deverão ser considerados dois níveis de articulação:

- i) Ambiente ↔ Turismo ↔ Atividades económicas;
- ii) Rede de infraestruturas ↔ Equipamentos ↔ Estrutura do povoamento.

As estratégias são de reforço do ordenamento do território e proteção dos recursos naturais, promovendo a montanha como espaço plurifuncional e reservatório ecocultural. Procura-se a valorização da identidade para novas funções e utilizadores, preservando a estrutura paisagística e o valor intrínseco dos recursos. A definição de usos específicos para os distintos locais, a proteção dos recursos hídricos, o estímulo à multifuncionalidade

Quadro 1 | Objetivos estratégicos e projetos para a gestão territorial da Cordilheira Central.

Objectivos estratégicos	Projectos
Valorizar e proteger os recursos e as funções naturais	<ul style="list-style-type: none"> – Implementação de medidas de proteção aos espaços naturais, estabelecendo zonamentos e respetivos usos, em função da sua vocação; – Elaboração de planos de pormenor para as áreas de maior pressão turística; – Promoção da construção de barragens potenciando as funções energéticas, agrícola, recreativa e o combate a incêndios.
Ordenar e gerir os espaços florestais	<ul style="list-style-type: none"> – Fomento da florestação com espécies endógenas, valorizando as paisagens, os ecossistemas e as atividades económicas relacionadas com a fileira agro-florestal e turística; – Recuperação dos caminhos florestais, promovendo as atividades agro-pastoris e turísticas e controlando a propagação de fogos.
Promover as atividades de turismo valorizando o património	<ul style="list-style-type: none"> – Regulamentação específica para o uso das barragens e rios como recurso lúdico-desportivo; – Roteiros temáticos e equipamentos de apoio ao turismo de natureza; – Incentivos aos investimentos turísticos nos aglomerados rurais e urbanos, promovendo a recuperação de imóveis, a dinamização das atividades de comércio e serviços e a valorização do património (implica restrições de ocupação das áreas agro-pastoris e naturais); – Regulamentação da arquitetura dos imóveis turísticos e dos equipamentos de lazer; – Criação de um observatório do turismo (integrando centros de I&D, autarquias, estabelecimentos hoteleiros e a região de turismo) que avalie os impactes no território.
Permeabilizar os territórios	<ul style="list-style-type: none"> – Melhoria da acessibilidade intrarregional na perspetiva do reforço da coesão territorial, obviando os efeitos de periferização/marginalização territorial; – Assegurar as ligações intrarregionais no sentido de reforçar a equidade territorial (melhorar as acessibilidades rodoviárias municipais a partir dos principais aglomerados urbanos); – Ligação entre os setores SO e NO do maciço central, tornando eficientes as ligações entre as sedes de concelho (favorecimento da alternativa túneis); – Articulação dos pequenos aglomerados de montanha em transportes e serviços públicos; – Promoção do dinamismo emergente nas pequenas vilas melhor posicionadas relativamente aos eixos de comunicação e favorecer a sua articulação com as principais cidades; – Criação de zonas específicas de estacionamento, com zonas de lazer no acesso ao maciço central.
Requalificar os aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> – Definição dos eixos de povoamento/edificação a privilegiar em função da sua localização e dinamismo socioeconómico; – Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial); – Reforço das funções urbanas das sedes de concelho como centros organizadores do território apostando em soluções inovadoras com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação; – Fortalecimento dos núcleos de maior concentração populacional como polos de dinamização da montanha (eixos de penetração entre as freguesias, a partir dos principais aglomerados e eixos transversais de conexão); – Reconversão de equipamentos desativados e/ou subutilizados a novas funções, especialmente associados ao turismo, serviços culturais e comércio; – Fomento do acesso aos serviços de saúde e de apoio ao idoso com caráter móvel; – Melhoraria da sinalética referente aos aglomerados populacionais, equipamentos e serviços.
Fomentar a participação das comunidades locais nas estratégias de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> – Fomento à participação da população nos processos de planeamento e gestão territorial, através da criação de um fórum permanente; – Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre a valorização do património e das produções tradicionais; – Organização de redes de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, de especialização e de funcionamento concertado.

Fonte: Adaptado de Fernandes (2011).

da floresta e da montanha como meio educativo, constituem intervenções valorativas dos recursos e funções destes territórios. Aposta-se, por um lado, na manutenção e valorização das atividades tradicionais ligadas ao sistema agro-silvo-pastoril, potenciando os modos de vida específicos através da promoção e certificação das produções, pela qualidade e autenticidade, o que permite alcançar mercados de maior exigência e valor; por outro, na aposta em atividades ligadas ao turismo e lazer, rentabilizando as unidades hoteleiras e de restauração, recuperando imóveis e iniciativas culturais, a par dos serviços ligados à animação e ao desporto.

A edificação difusa deve ser combatida face aos maiores custos associados às infraestruturas de apoio, à potencial degradação da paisagem e aos riscos naturais de instalação. O investimento produtivo e a geração de emprego são prioritários para a sobrevivência das comunidades de montanha. A integração dos serviços ambientais e culturais, numa lógica de mercado, corresponderá necessariamente às novas formas de apropriação do território no qual o turismo pressupõe um fator estratégico e potenciador das dinâmicas socioeconómicas.

Ao nível social, as estratégias têm de favorecer a melhoria das condições de vida das populações, a criação de infraestruturas que minimizem as imposições físicas, nomeadamente de acessibilidade a serviços e equipamentos, incremento dos níveis de qualificação, fomento da participação e cooperação entre os diversos territórios e as entidades administrativas, no sentido da concertação de ações para o desenvolvimento do espaço montanhoso.

No respeitante aos equipamentos coletivos e serviços, deve ser promovida a sua concentração nos principais aglomerados urbanos, desenvolvendo uma maior conectividade territorial que favoreça a acessibilidade das áreas rurais mais afastadas e de menor densidade a estes centros, reforçando a sua centralidade e integrando diferentes valências turísticas, capazes de promover a sua atratividade e qualificação. A permeabilidade constitui um fator determinante para a mobilidade, promovendo

o acesso a bens e serviços e potenciando os investimentos. O uso de novas tecnologias e o fortalecimento da cooperação entre freguesias é determinante para a rentabilização de serviços e infraestruturas e para o desenvolvimento de projetos turísticos integrados.

O processo de governança deverá assegurar a participação das diversas entidades e estabelecer compromissos para garantir a aplicação das políticas e dos planos e melhorar a coordenação vertical e horizontal dos setores público e privado.

Este corredor montanhoso deverá manter a sua multifuncionalidade, elevando a qualificação da sua população em domínios estratégicos como o turismo, as agroindústrias e a fileira florestal, capaz de originar processos inovadores que fomentem e valorizem os serviços e as produções geradas, associando uma imagem de qualidade e de identidade. O reconhecimento da especificidade territorial deverá ser encetado pela administração local promovendo orientações próprias para estes territórios e capacitando-os para serem privilegiados nas políticas comunitárias, como compensação pelos recursos e funções que preservam, fortalecendo a capacidade de intervenção na definição de estratégias de desenvolvimento turístico.

5. Conclusão

O turismo assume crescente significado na apropriação, nas formas de uso e nos investimentos das regiões de montanha, sendo percecionado como atividade dinâmica e polarizadora de riqueza para as serras da Cordilheira Central. O atual interesse pelas áreas de montanha está relacionado com os recursos naturais e culturais presentes, bem como com a reconversão e a reorientação funcional que procura ultrapassar a crise social e económica que evidenciam. A valorização e divulgação do património, a recuperação de imóveis e tradições, o fomento dos produtos provenientes da agricultura

e pastorícia, o interesse por práticas desportivas associadas aos recursos hídricos e à floresta e a tranquilidade e pureza associadas, incrementam o potencial de procura destes destinos no contexto nacional e internacional. As atividades turísticas revelam-se como as mais dinâmicas na apropriação destes espaços e na estrutura económica destas regiões, fomentado o surgimento de serviços relacionados com a restauração e com as atividades desportivas e de lazer. Portugal não dispõe de uma política de turismo de montanha, mas apenas orientações de ordem técnica que equacionam o turismo como forma de dinamização e incremento económico e social destes espaços, pese embora o reconhecimento do seu potencial. Refira-se que a atividade turística constitui na atualidade um dos principais fatores de revitalização das áreas de montanha, fortalecida pela valorização dos recursos naturais, (re)descoberta do património cultural e modos de vida locais. Estas montanhas, quando inseridas em áreas com dimensão transnacional, como a Cordilheira Central, ganham dimensão e exigem uma planificação articulada na sua gestão turística e ambiental.

Referências bibliográficas

- Carvalho, P. (2005). *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha: O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Cavaco, C. (2005). Especificidade da montanha exige maior comprometimento. *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de Montanha*, 2(28), 2.
- Fernandes, G. (2001). Evolução e significado do extremo ocidental da cordilheira central, como espaço de articulação histórico, socioeconómico e ambiental. In SPER (Ed.), *Actas do 1º Congresso de Estudos Rurais* (online). Vila Real: SPER.
- Fernandes, G. (2005). Dinâmicas e transformações nas serras da Cordilheira Ibérica: Da (des)articulação produtiva à (re)valorização ecocultural. In R. Jacinto & V. Bento (Eds.), *Territórios e culturas ibéricas* (pp. 60-74). Porto: Campo das Letras.
- Fernandes, G. (2008). *Dinâmicas territoriais e políticas de ordenamento em espaços de montanha: O exemplo do sector oeste da Cordilheira Central*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Fernandes, G., & Rodrigues, E. (2011). Dinâmicas de desenvolvimento turístico em territórios de montanha: Políticas de gestão e fluxos para as serras da Cordilheira Central. In *Atas do II Congresso Internacional de Turismo* (pp. 369-383), Barcelos: IPCA.
- Fernandes, G. (2012a). Significado dos territórios de montanha em Portugal: Problemas estruturais, condições económicas e governança. In *Proceedings of the 18th APDR Congress 'Innovation and Regional Dynamics'*. Faro: University of Algarve.
- Fernandes, G. (2012b). Políticas públicas e equidade territorial em zonas de montanha: O exemplo da Cordilheira Central. In D. Royé, J., Vázquez, M. Díaz, M. Otón & J. Mantiñán (Orgs.), *XIII Coloquio Ibérico de Geografía 'Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual'* Santiago de Compostela: AGE e APG.
- Figueiredo, E. (2007). A periferia das periferias: Áreas protegidas em espaços rurais. In T. Dentinho & O. Rodrigues (Eds.), *II Congresso de Estudos Rurais 'Periferias e Espaços Rurais'* (pp. 151-172). Estoril: Príncipe Editora.
- Fuster, M. (1998). Aproximación a la comparacion de los modelos de gestión de los espacios naturales protegidos en áreas transfronterizas: La raya hispano-lusa, *Cuadernos de Ordenacion del Territorio*, 2, 50-60.
- Gaskell, F. (2005). Áreas de montanha têm vantagem no mercado global. *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de Montanha*, 2(28), 4-5.
- Serafim, M. (2005). Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha. *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de Montanha*, 2(28), 3.